Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Após um ajuste correto no IR, União tem de corrigir os gastos (Editorial) 2

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa Proposta de mudança 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma limita gastos de Estados e municípios 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PEC limita supersalário e veda férias de 60 dias 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

LULA: "ISENCAO DE IMPOSTO CORRIGE GRANDE INJUSTIÇA" 9

REVISTA CARTA CAPITAL - SEU PAÍS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A revanche do pato 13

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Há muito trabalho a fazer antes de taxar grandes fortunas, diz secretário 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Contag movimentou R\$ 2 bilhões em um ano; Coaf vê transações suspeitas 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Isenção migrou da desconfiança à unanimidade 18

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar fecha em alta e Bolsa tem forte queda 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O pacote do Imposto de Renda - CELSO MING 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para analistas, isenção do IR impulsiona PIB, mas pressiona inflação 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Brasil pode criar até 1 milhão de empregos "Verdes" por ano 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Após vitória no IR, governo prevê perdas na tramitação da MP do IOF 26

Após um ajuste correto no IR, União tem de corrigir os gastos (Editorial)

A inédita concordância de todos os deputados presentes (493) à sessão de quarta-feira da Câmara ao votarem a favor da proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil não se deveu tanto às virtudes da proposta, mas até certo ponto à sua necessidade óbvia. Há uma década as faixas do IR não são corrigidas. Quando o foram, nos governos petistas, o percentual aplicado foi, na maior parte dos casos, inferior ao IPCA. Cálculos do Dieese, financiado pelos sindicatos, apontaram que a correção inflacionária da tabela desde o início do Plano Real até 2024 cravaria a isenção na faixa de quem ganha até R\$ 5.753,00 número redondo (R\$ 5 mil) se adequou a um slogan eleitoral, propagado desde a campanha eleitoral de 2022, quando Lula foi eleito.

Para se igualar à **inflação**, as faixas de contribuição do imposto sobre a renda deveriam ser reajustadas em 155%. A aprovação unânime pela Câmara dos Deputados faz que, com a isenção aprovada, mais 15,5 milhões de contribuintes se somem ao contingente de 10,1 milhões de declarantes que não pagaram o imposto, de um total de 42,4 milhões que acertaram suas contas com a **Receita Federal** no ano passado - agora são 60% dos contribuintes nesta condição.

Segundo o Ministério da Fazenda, a perda de arrecadação decorrente da isenção será compensada pelo aumento da taxa de 141,4 mil pessoas, ou 0,14% dos contribuintes, que hoje recolhem cerca de 2,54% de alíquota efetiva média, muito inferior à dos que pagam os demais contribuintes, em torno de 15%. Haverá um imposto mínimo de 10%, em uma escala a partir dos rendimentos totais, financeiros, inclusive dividendos, de propriedades e do trabalho, acima de R\$ 600 mil (R\$ 50 mil mensais), em uma escala de 0,8% até 10% para renda anual de R\$ 1,2 milhão.

O governo correu o risco de perder receitas caso os deputados aceitassem aprovar a isenção mas não as contrapartidas em receitas. O relator Arthur Lira (PP-AL) só aceitou três de quase uma centena de emendas, e, na votação, nem mesmo a oposição bolsonarista, aglutinada no PL, quis sofrer desgaste político se contrapondo a um projeto claramente popular. Serão abatidas na hora do cálculo do imposto as aplicações financeiras isentas e com tributação exclusiva, caso de LCAs, LCIs, CRAs, CRIs e outros títulos. Essas deduções já constavam do projeto

original do governo.

Lira também driblou uma manobra esperta de bolsonaristas e partidos do centrão, que queriam trazer para o projeto do IR as propostas de taxa de desses mesmos títulos e de dividendos, inscritas na MP que vence dia 8 de outubro e que foi editada com o objetivo de compensar a derrubada do IOF. Como já haveria aumento do IR para faixas de renda mais alta, seria mais fácil amortecer o aumento de tributação nos títulos antes isentos.

A tributação dos títulos continua por um fio. Em 7 de outubro a Câmara votará a MP, que perderá validade no dia seguinte. O detalhe é que houve aumento do IOF, validado pelo Supremo Tribunal Federal, mas sua compensação continua tramitando em um pacote com o qual o governo espera aumentar a arrecadação em mais R\$ 21 bilhões no ano que vem e que já consta do PLO de 2026.

Para fins eleitorais, o governo juntou na demanda por justiça tributária duas coisas diferentes. Uma é a subtributação das camadas de mais alta renda em relação às demais, uma iniquidade que pede correções progressivas e que poderá agora ser atacada diretamente. A solução desse problema não implica o aumento da isenção do IR, que só ocorreu depois que todos os governos anteriores, inclusive os petistas, na ânsia de arrecadar mais, deixaram de corrigir a tabela do IR. Sem a correção justa, camadas de baixa renda que seriam isentas passaram a pagar imposto e as demais a subirem na escala das alíquotas por efeito inflacionário, e não de elevação efetiva da renda.

A maior injustiça tributária não está, porém, no IR. Em nota técnica, o Dieese mostra que os **impostos** diretos consomem 3,1 % da renda dos **10% mais pobres** e 10,6% dos **10% mais ricos**. Mas os primeiros dispõem 23,4% de sua renda bruta com **impostos** indiretos, enquanto os últimos apenas 8,6% dela. A conclusão é que é essencial uma **reforma tributária** "que promova maior justiça fiscal, reduzindo a carga sobre o consumo e aumentando a incidência sobre a renda e o patrimônio, garantindo assim um sistema mais equitativo e eficiente para o desenvolvimento do país".

O Senado deve aprovar sem surpresas a isenção do

IR, sem que o governo perca receitas. O maior desafio, porém, continua sendo o de conter os gastos e o endividamento, que jogaram a **inflação** para longe da meta e elevaram os juros para combatê-la e para garantir a rolagem de uma dívida que cresce sem parar. Com dificuldades para cumprir sua meta neste e no próximo ano, o governo deveria abster-se de lançar novos programas eleitoreiros, que o afastarão cada vez mais de resultado positivo nas contas públicas, meio coneto para garantir a estabilidade econômica e perseguir a justiça distributiva.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251003>

Reforma administrativa Proposta de mudança

A mudança do RH do Estado em 10 pontos

Proposta do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) traz mudanças significativas para o funcionalismo e a máquina pública

DANIEL WETERMAN

BRASÍLIA

Encampada pela Câmara e contando com o empenho do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), a reforma administrativa deve ganhar impulso com a apresentação do texto pelo relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). O texto, dividido em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei e um projeto de lei complementar, prevê mudanças relevantes para o funcionalismo.

Veja o que deve mudar com a reforma.

1* Supersalários

A PEC restringe os chamados supersalários, que são as remunerações pagas acima do teto salarial do funcionalismo - hoje, de R\$ 46,4 mil por mês. As verbas indenizatórias, que elevam o salário da elite do funcionalismo público com "pen-duricalhos", deverão ter natureza reparatória e se destinar exclusivamente ao pagamento de despesas realmente episódicas, eventuais e transitórias. Os auxílios de alimentação, saúde e transporte ficarão fora dessa restrição. O orçamento dos governos para o pagamento de verbas indenizatórias

terá um "teto de gastos" e não poderá crescer mais do que a **inflação** do ano anterior, com base nos valores pagos em 2020. Além disso, o pagamento retroativo desses valores somente poderá ocorrer por decisão judicial transitada em julgado. Para **servidores públicos** que recebem 90% ou mais do teto constitucional, os auxílios de alimentação, saúde e transporte, no total, não poderão ultrapassar 10% do salário. A PEC também vai proibir a aposentadoria compulsória como sanção disciplinar para magistrados e membros do Ministério Público que praticarem faltas graves.

2* Férias limitadas e criação de novos "penduricalhos"

A PEC proíbe férias de 60 dias, gozadas atualmente por juízes, e define que nenhum servidor tenha férias superiores a 30 dias por ano, com exceção de professores e profissionais de saúde expostos a riscos que justifiquem um período maior. O Poder Público também não poderá pagar adicional de férias superior a um terço da remuneração do período e não poderá parcelar as férias em mais de três períodos. A PEC também proíbe aumento de salário ou de parcelas indenizatórias apenas por tempo de serviço, incluindo quinquênios, e pagamento de férias ou licenças não usufruídas.

Tabela única

Aniã, os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão implementar, por meio de lei específica, uma tabela remuneratória única para todos os agentes públicos. Ela deverá conter o número de "escadas" remuneratórias de cada cargo público, com valores entre o salário mínimo (R\$ 1.518) e o teto do funcionalismo (hoje, R\$ 46,4 mil por mês). A remuneração inicial de uma carreira será limitada a 50% do valor do último nível da mesma carreira.

^4* Avaliação por desempenho

A PEC vai instituir uma exigência de avaliação dos **servidores públicos** por desempenho. Todo os **órgãos do setor público** deverão realizar avaliação periódica de desempenho dos funcionários. O texto preserva a estabilidade, mas a subida na carreira dependerá do desempenho, e os órgãos poderão adotar um bônus equivalente ao 14.0 salário como incentivo.

Concursos públicos

Para realizar novos concursos públicos, o governo deverá fazer o chamado "dimensionamento da força de trabalho", para identificar onde há necessidades, com metodologia definida em regulamento - que não está na PEC - e ampla divulgação pública, para planejar a alocação de pessoal. Os concursos públicos deverão priorizar carreiras transversais, que são aquelas que contratam profissionais com alta qualificação e que ficam disponíveis para atuarem em mais de um órgão, como analista de infraestrutura e especialista em políticas públicas. O Poder Público deverá ainda comprovar a necessidade dessas

contratações. Os Estados e municípios poderão aderir ao Concurso Nacional Unificado (CNU) do governo federal e utilizar a base de aprovados para selecionar servidores.

se estende aos membros estatutários, segundo a proposta.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

6* Cargo comissionado

Do total de cargos na administração, no máximo 5% poderão ser reservados para cargos comissionados - aqueles não concursados - na União, nos Estados e nos municípios. Esse percentual poderá ser maior somente nos municípios de até 10 mil habitantes, para até 10%, em situações devidamente justificadas. No mínimo 50% dos cargos em comissão devem ser ocupados por servidores efetivos. A União e os Estados deverão implementar o limite em dois anos após a promulgação da PEC. Os municípios terão três anos para se adaptarem. Quem não cumprir o prazo ficará impedido de criar novos cargos de comissão e funções de confiança (servidores que recebem funções de chefia).

7* Planejamento estratégico

O presidente da República, o governador e o prefeito serão obrigados a divulgar, seis meses após a posse, um plano estratégico com objetivos e metas para todo o mandato que deverão orientar acordos anuais para a definição de metas e objetivos na gestão pública. São nesses acordos que estarão previstos os planos de avaliação periódica dos servidores.

8* Contratação de temporários por concurso

A PEC autoriza a contratação de servidores temporários por concurso público, criando um modelo chamado de "investidura a termo em cargo efetivo". Nessa modalidade, os funcionários serão contratados por um período não inferior a 10 anos.

9* Teto de gastos

APEC institui um teto de gastos para Judiciário, Legislativo, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos nos Estados e municípios, incluindo o pagamento de pessoal. As despesas desses órgãos não poderão ter crescimento real (acima da **inflação**) superior a 2,5% ao ano a partir de 2027 - o mesmo teto do arcabouço fiscal da União. Os Executivos estaduais e as prefeituras ficarão de fora desse limite.

10* Estatais e quarentena

Estatais não dependentes, exceto aquelas com capital aberto e bancos, passarão a ter de respeitar o teto remuneratório do governo federal, equivalente ao salário dos ministros do STF. Hoje, essas empresas não possuem teto para remuneração. A obrigação não

Reforma limita gastos de Estados e municípios

Beatriz Roscoe e Murillo Camarotto De Brasília

O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) apresentou na quinta-feira (2) o conjunto de propostas de mudanças legislativas para a reforma administrativa. O tema é uma prioridade do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que pretende colocar os textos para votação em plenário no mês que vem. Com a imagem arranhada após a aprovação da PEC da blindagem, Motta quer que a reforma administrativa seja um dos legados da sua gestão.

As 70 proposições foram distribuídas em três textos: uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei (PL) e um projeto de lei complementar (PLP). Isso aconteceu devido às características das mudanças, distribuídas em quatro eixos: gestão e governança, transformação digital, recursos humanos e combate aos privilégios.

Entre as principais inovações está a definição de um limite anual de crescimento para os gastos primários dos Estados, o que vale para o Legislativo, Judiciário, Ministério Público (MP) e tribunais de contas. Válido a partir de 2027, esse teto considera todas as despesas, incluindo salários, aposentadorias e pensões, e só poderá aumentar em relação ao valor do ano anterior conforme alguns critérios.

Se a arrecadação estadual não crescer acima da **inflação**, o gasto sobe apenas pelo índice inflacionário. No caso de alta real das receitas, o limite sobe pela **inflação** adicionada a uma fração desse ganho extra. A fração é de 50% se o Estado tiver registrado déficit primário no ano anterior e de 70% nos demais casos. A parcela adicional não pode passar de 2,5 pontos percentuais por ano. Os mesmos termos também valerão para os municípios.

Atualmente, não há um limite unificado para despesas primárias dos entes federados e o arcabouço fiscal vale apenas para a União. Estados e municípios seguem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas não existe um limite único. Na prática, cada ente tem liberdade para ampliar suas despesas desde que respeite os limites da LRF e as regras locais

Em carta de apresentação das medidas, Motta disse que é preciso ter coragem para enfrentar o tema. "Temos de admitir que, a cada dia, a vida real cobra

mais do que a máquina pública consegue entregar. Essa é uma verdade inescapável, e temos de ter coragem para enfrentá-la. Do contrário, continuaremos repassando aos cidadãos a conta resultante das falhas do Estado."

O presidente da Câmara também reconhece que a matéria divide opiniões. "Não haverá unanimidade em torno de todos os pontos da proposta. Trata-se de matéria complexa, que afeta diferentes interesses. Mas é justamente o papel desta Casa construir consensos possíveis." Parlamentares ouvidos pelo Valor avaliam que é importante trabalhar para distensionar a Câmara antes de se debruçar sobre o tema. Isso porque há risco de que o debate acabe contaminado pela polarização política.

Também há uma avaliação de que é importante que o governo "abraça" a reforma e demonstre apoio à pauta - o que é complexo do ponto de vista político, já que uma das bandeiras do PT é o alinhamento aos **servidores públicos**, que compõem a base eleitoral dos partidos de esquerda.

Pedro Paulo disse que retirou do texto, por exemplo, o trecho sobre vínculos de trabalho temporário, já que este era um dos pontos mais sensíveis de divergência com o governo. Segundo o deputado, ainda haverá algumas divergências, principalmente entre parlamentares da esquerda, mas ele trabalhará para ter ao menos um acordo para que não haja orientação contrária às propostas.

O texto propõe que as despesas dos deputados estaduais relativas ao custeio individual do exercício da atividade parlamentar e às remunerações e gastos com cargos em comissão dos gabinetes fiquem limitadas a 75% do limite global mensal individual vigente na Câmara dos Deputados. Além disso, as informações devem ser divulgadas no portal de transparência das respectivas assembleias legislativas.

Já os governadores e os prefeitos deverão apresentar um planejamento estratégico para resultados, com objetivos e metas para todo o mandato - que deverá orientar acordos de resultado, de metas e de objetivos de cada ciclo anual.

Em relação ao serviço público, o texto propõe a

criação de uma tabela remuneratória única em âmbito nacional, organizada por níveis de complexidade dos cargos. União, Estados e Municípios terão até 120 meses, ou seja, dez anos, para migrar carreiras e salários para esse modelo.

A proposta traz ainda a limitação de férias a 30 dias e a determinação de que cargos comissionados sejam destinados apenas às funções de direção, chefia e assessoramento. Essas contratações, ainda assim, devem ser feitas mediante processo seletivo e o número de vagas limitadas a 5% do total de cargos - salvo para os municípios com até 10 mil habitantes ou casos excepcionais. Além disso, metade dos cargos comissionados devem ser ocupados por servidores efetivos.

As verbas indenizatórias só poderão ser pagas quando tiverem caráter episódico e reparatório. O texto de Pedro Paulo proíbe o uso "rotineiro e indistinto" desse tipo de verba e determina que auxílios como alimentação, saúde e transporte passam a ter um teto: não podem ultrapassar 10% da remuneração no caso de servidores que recebam 90% ou mais do teto constitucional.

Além disso, a reforma determina que pagamentos retroativos só poderão ocorrer mediante decisão judicial transitada em julgado e pela via dos precatórios. Na prática, a regra reduz significativamente a margem para uso das indenizações como complemento permanente de renda.

O texto mantém a avaliação periódica de desempenho de pessoal dos servidores com objetivos e metas individuais alinhadas ao acordo de resultados e avaliadas em ciclos anuais. A proposta proíbe pagamento adicional por tempo de trabalho e a conversão, em dinheiro, de férias, folgas, licenças ou qualquer outro tipo de afastamento não usufruídos. Também está prevista a proibição de aposentadoria compulsória como sanção para juízes e membros do MP.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251003>

PEC limita supersalário e veda férias de 60 dias

A reforma administrativa na Câmara vai propor uma tabela única de remuneração para todo o serviço público brasileiro, instituir uma medida de avaliação do desempenho dos servidores e restringir o pagamento dos supersalários. O Estadão teve acesso ao conteúdo das propostas que serão apresentadas pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do Grupo de Trabalho da reforma, na Câmara.

O pacote inclui uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei (PL) e um Projeto de Lei Complementar (PLP).

A PEC restringe os chamados supersalários, que são as remunerações pagas acima do teto salarial do funcionalismo (hoje, de R\$ 46,4 mil por mês). As verbas indenizatórias, que inflam o salário da elite do funcionalismo público com "penduricalhos", deverão ter natureza reparatória e destinar-se exclusivamente ao pagamento de despesas realmente episódicas, eventuais e transitórias.

Será proibido o pagamento de "penduricalhos" de forma rotineira e permanente e a concessão indistinta de verba à totalidade de uma categoria, acabando com o que acontece hoje. Os auxílios de alimentação, saúde e transporte ficarão fora dessa restrição.

O orçamento dos governos para o pagamento de verbas indenizatórias terá um "teto de gastos" e não poderá crescer mais do que a **inflação** do ano anterior, com base nos valores pagos em 2020.

Além disso, o pagamento retroativo desses valores somente poderá ocorrer por decisão judicial transitada em julgado.

A PEC também vai proibir a aposentadoria compulsória como sanção disciplinar para magistrados e membros do Ministério Público que praticarem faltas graves.

Juízes e procuradores poderão ser demitidos por processo administrativo disciplinar pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A PEC proíbe férias de 60 dias, gozadas atualmente por juízes, e define que nenhum servidor tenha férias superiores a 30 dias por ano, com exceção de

professores e profissionais de saúde expostos a riscos que justifiquem um período maior.

O poder público também não poderá pagar adicional de férias superior a um terço da remuneração do período e não poderá parcelar as férias em mais de três períodos.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão implementar, por meio de lei específica, uma tabela remuneratória única para todos os agentes públicos. Essa tabela deverá conter o número de "escadas" remuneratórias de cada cargo público, com valores entre o salário mínimo (R\$ 1.518) e o teto do funcionalismo (hoje R\$ 46,4 mil por mês). A remuneração inicial de uma carreira será limitada a 50% do valor do último nível da mesma carreira.

A PEC vai instituir uma exigência de avaliação dos **servidores públicos** por desempenho.

Todo os órgãos do setor público deverão realizar avaliação periódica de desempenho dos funcionários.

A PEC preserva a estabilidade, mas, na fase do estágio probatório, que hoje dura de dois a três anos, deixa explícito que o servidor será exonerado se for verificada inaptidão para o exercício das atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo.

Para realizar novos concursos públicos, o governo deverá fazer o chamado "dimensionamento da força de trabalho", para identificar onde há necessidades, com metodologia definida em regulamento - que não está na PEC - e ampla divulgação pública, para planejar a alocação de pessoal.

Do total de cargos na administração, no máximo 5% poderá ser reservado para cargos comissionados.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

LULA: "ISENÇÃO DE IMPOSTO CORRIGE GRANDE INJUSTIÇA"

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comemorou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto enviado pelo governo federal ao Congresso que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais ou R\$ 60 mil por ano a partir de 2026. A proposta foi aprovada no fim da noite de quarta-feira por unanimidade dos 493 deputados presentes no plenário da Câmara.

O texto seguiu para análise do Senado, onde já tramita um semelhante. O governo estima que o projeto vai beneficiar 15,5 milhões de trabalhadores formais, incluindo 10 milhões que deixarão de pagar IR com a ampliação da faixa de isenção para até R\$ 5 mil. Outros cinco milhões terão redução de imposto - com o desconto progressivamente menor para rendas até R\$ 7.350.

Em mensagem na rede social X, Lula afirmou: "A aprovação da isenção do Imposto de Renda, por unanimidade na Câmara dos Deputados, corrige uma grande injustiça com trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Entre 2016 e 2022, a faixa de isenção não teve nenhum reajuste".

"Ano a ano, milhões de brasileiros passaram a pagar cada vez mais imposto de renda sem ter ganho real em seu salário, pois o salário mínimo também ficou congelado. Uma injustiça que combatemos desde o primeiro ano de nosso governo. Desde 2023, já reajustamos a tabela três vezes. E agora, vamos garantir isenção para quem recebe até R\$ 5 mil a partir de 2026", escreveu também Lula. A medida foi uma promessa de campanha do então candidato Lula em 2022.

Caso seja aprovada no Senado também, a isenção poderá garantir um desconto de até R\$ 312,89 no imposto mensal que seria pago pelo trabalhador com renda de até R\$ 5 mil, de modo que ele não tenha mais cobrança do IR sobre seus rendimentos.

Para compensar a perda de arrecadação, pessoas físicas que recebem rendimentos acima de R\$ 600 mil por ano (o equivalente a R\$ 50 mil por mês) estarão sujeitas à cobrança de um imposto mínimo, que terá uma alíquota progressiva de até 10%, que pode atingir cerca de 141,4 mil contribuintes pessoas físicas de alta renda que hoje recolhem, em média, com alíquota efetiva de 2,5% de IR sobre seus rendimentos totais,

incluindo distribuição de lucros e dividendos.

As reduções para a faixa até R\$ 5 mil se repetem na Declaração de Ajuste Anual (DAA) do IR, quer o contribuinte opte por fazer a declaração completa (com deduções de gastos de saúde e educação, por exemplo) ou opte pelo desconto simplificado (cujo valor é ajustado de R\$ 16.754,34 para R\$ 17.640,00). O desconto proposto será aplicado inclusive sobre o 13º salário, que tem tributação exclusiva na fonte (não entra na conta com os demais salários na declaração anual).

Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também comemorou a aprovação da isenção de IR. Ele se disse esperançoso e com expectativa de construir outras legislações positivas para o país junto com o Congresso Nacional. "O placar me deu esperança de que temos muito o que construir juntos", disse o ministro, ao chegar ao ministério, na manhã de ontem. "Foi um golaço", emendou.

Para o ministro da Fazenda, as novas regras não buscam apenas justiça tributária: "É justiça tributária com neutralidade fiscal, ancorada no equilíbrio fiscal e que beneficiará 15 milhões de pessoas. Dez milhões deixarão de pagar imposto de renda; e cinco milhões pagarão menos", ressaltou.

"Apenas 141 mil [contribuintes], que pagam hoje alíquota média de 2,5%, vão passar a pagar o que chamamos de imposto de renda mínimo. Isso é uma novidade", disse Haddad também, ao se referir aos 0,13% dos contribuintes que passarão a contribuir com uma alíquota progressiva de até 10% dos rendimentos.

Perguntado sobre eventuais alterações futuras nas regras aprovadas, Haddad reiterou que toda política pública exige acompanhamento e que não será diferente no caso dessa nova legislação.

Embate

Embora tenha obtido aprovação unânime na Câmara dos Deputados, inclusive de ferrenhos opositores do governo federal, como o Partido Liberal, ocorreram várias trocas de críticas e acusações durante a sessão

da noite de quarta-feira na Câmara dos Deputados.

O líder do PT, deputado Lindbergh Farias (RJ), disse que a aprovação do projeto foi uma "retumbante" vitória do povo brasileiro. "Parabenizamos o ministro Haddad, que insistiu nesta pauta da justiça tributária, porque o que estamos fazendo no país é uma mudança verdadeiramente estrutural."

A líder do Psol, deputada Talíria Petrone (RJ), afirmou que a Câmara atendeu aos anseios da população em um projeto que propõe justiça tributária. "Quase 20 milhões de pessoas serão impactadas com aumento da sua renda. A medida terá um impacto real no bolso do brasileiro e da brasileira", declarou. Segundo a parlamentar, a proposta corrige uma desigualdade que estrutura o Brasil. "Esse é o primeiro passo para o início de uma **reforma tributária** no nosso país", declarou.

Já o líder do PI, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que a proposta é um "troco", muito abaixo da necessidade da população. Ele defendeu maior redução da carga tributária. "O nosso partido é sempre contra o aumento de **impostos**", disse.

Para o deputado Capitão Alden (PL-BA), vice-líder da oposição, o projeto pode "matar" o mercado brasileiro. Ele acredita que os brasileiros mais ricos que serão tributados devem transferir seus recursos para o exterior. "Gerando o desemprego, uma série de consequências nefastas para o Brasil", afirmou. Para o parlamentar, a isenção deveria subir para até R\$ 10 mil, mas com a compensação dos recursos a ser feita por ações de austeridade do governo federal.

Lindbergh Farias rebateu as críticas afirmando que durante o governo de Jair Bolsonaro não houve reajuste da tabela do Imposto de Renda nem do salário mínimo.

motta

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda é um avanço na justiça social brasileira, garantindo mais dinheiro no bolso do trabalhador que recebe até R\$ 5 mil. "É um alívio direto no bolso de milhões de trabalhadores e aposentados de todo o país. É dinheiro que volta para a economia, para o consumo, que garante comida na mesa das famílias", declarou ele logo após a aprovação.

Motta disse ainda que a urgência de milhões de brasileiros pela votação da proposta não podia esperar. "A Câmara mostra mais uma vez que é amiga do povo", disse. Segundo ele, a votação do IR

demonstrou que o Parlamento está do lado do Brasil, de quem acorda cedo, enfrenta dificuldades e merece um Estado que devolva em dignidade o que arrecada em **impostos**. Motta ainda classificou a aprovação como marco de justiça fiscal e de união. "Quando o tema é o bem-estar das famílias brasileiras não há lados nem divisões", declarou.

reforma administrativa

Após a aprovação do projeto de isenção de Imposto de Renda na noite de quarta-feira, a orientação de Hugo Motta é acelerar a votação da pauta de projetos econômicos. Por isso, a Casa foca agora na proposta de

emenda à Constituição que trata da reforma administrativa, que foi protocolada ontem.

A proposta, que tem como relator o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), limita o número de cargos comissionados e obriga a gestão pública a preencher pelo menos metade dessas funções com servidores efetivos. O texto determina que até 5% do total de cargos providos em todos os estados poderão ser preenchidos por comissionados, com exceção dos municípios com menos de 10 mil habitantes, nos quais o limite será de até 10%.

A PEC tem como autores os deputados Zé Trovão (PL-SC), Fausto Santos Jr. (União Bra-sil-AM), Marcel van Hattem (Novo-RS), Neto Carletto (Avante-BA) e Júlio Lopes (PP-RJ). Ela estabelece ainda um número máximo de secretarias para cidades em que a administração pública tem um custo superior à receita corrente líquida, com exceção das capitais.

Municípios com até 10 mil habitantes que se encaixem nesse perfil poderão ter até cinco secretarias, enquanto as cidades com mais de 500 mil moradores terão limite de dez secretarias. O texto traz ainda uma série de mudanças para reduzir penduricalhos que geram supersalários.

Entre elas, a limitação de licenças-prêmio, adicional por férias não usufruídas e bônus por tempo de serviço. As verbas indenizatórias também estarão sujeitas a um limite de 20%, no caso dos servidores que já ganham salários equivalentes ou superiores a 90% do teto constitucional.

Essas verbas, hoje estabelecidas por Conselhos de Justiça e do Ministério Público, só poderão valer no caso de normas sujeitas à deliberação do Poder Legislativo. Ainda no caso dos conselhos de classe, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a PEC proíbe a indicação de membros que exerçam ou

tenham exercido, nos últimos 12 meses, algum cargo na magistratura e na promotoria.

Férias com mais de 30 dias e a penalidade de aposentadoria compulsória, tidas como privilégios de juízes e desembargadores, também ficam vedadas. Já os honorários de sucumbência, que elevam salários de advogados públicos a valores muito acima do te-

to, ainda serão permitidos dentro do teto constitucional.

Segundo o texto, os agentes que obedecerem a critérios de mérito e produtividade terão direito ao adicional, que não poderá ser utilizado como verba indenizatória. A gestão dos honorários fica sendo de responsabilidade da própria administração pública. Hoje, a entidade responsável pela gestão da verba é o Conselho Curador dos Honorários Advocaciais, uma instituição privada. Seus conselheiros, que decidem sobre a distribuição das verbas, são contemplados pelos repasses.

tabela salarial

Entre as medidas que também já foram anunciadas e incluídas na PEC da reforma administrativa está a criação da tabela salarial única, a ser implementada pela União, estados e municípios. A tabela terá o teto constitucional como topo e o salário mínimo como piso. As carreiras públicas precisarão ter 20 níveis, com no mínimo um ano para que um servidor seja promovido.

Na prática, significa que o servidor levará ao menos 20 anos para alcançar o topo da carreira. Segundo a PEC, o salário inicial de cada cargo não pode ultrapassar os 50% da remuneração no último nível desse mesmo cargo, exceto nos casos em que o vencimento for de até quatro vezes o salário mínimo. O texto também permite a instituição de bônus de resultado, já defendido por Pedro Paulo. O adicional será dado apenas a agentes públicos que não tiverem mandato eletivo e caso não exceda 90% dos limites da despesa de pessoal.

Os concursos públicos passam a depender de um diagnóstico prévio da força de trabalho e deverão priorizar carreiras transversais, com possibilidade de aproveitamento em diferentes áreas da administração. A proposta também abre a possibilidade de concursos para ingresso direto em níveis mais altos da carreira em casos de especialização comprovada, limitado a 5% das vagas. O estágio probatório ganha caráter formal, com avaliações documentadas que poderão resultar na confirmação do vínculo ou na exoneração do servidor.

entenda as

mudanças

*

ISENÇÃO MAIOR E DESCONTO NO IMPOSTO

O projeto isenta de Imposto de Renda os contribuintes com renda mensal de até R\$ 5.000. Para isso, o texto estabelece desconto de até R\$ 312,89 mensais no imposto que seria devido pelo trabalhador, de modo que o valor a ser pago seja zero.

Quem ganha de R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350 por mês não será isento, mas terá um desconto no imposto, que vai diminuir progressivamente conforme a renda aumenta. Para saber quanto será a redução do tributo, é preciso aplicar a seguinte fórmula: R\$ 978,62 (0,133145 x rendimento tributáveis mensais).

Na prática, quanto mais próximo de

R\$ 7.350 for o ganho mensal, menor será o desconto, até que ele chegue a zero.

Quem ganha mais de R\$ 7.350 por mês não passará a pagar menos imposto a partir de 2026, ou seja, a cobrança de Imposto de Renda segue o modelo atual.

IMPOSTO MÍNIMO PARA OS MAIS RICOS

Pessoas físicas que recebem rendimentos acima de R\$ 600 mil por ano (o equivalente a R\$ 50 mil por mês) estarão sujeitas à cobrança de um imposto mínimo, que terá alíquota progressiva de até 10% para rendimentos de R\$ 600.000,01 a

R\$ 1.199.999,99.

A partir de R\$ 1,2 milhão, a cobrança mínima será sempre de 10%.

O valor efetivamente devido pelo contribuinte vai depender do quanto ele já recolhe habitualmente sobre suas fontes de renda, ou seja, quanto é a sua alíquota efetiva.

Se o imposto pago já tiver sido maior que 10% da renda, não haverá cobrança adicional. O imposto mínimo valerá para aqueles que ficarem abaixo desse patamar.

Na prática, afetará contribuintes que são grandes recebedores de rendimentos isentos (como lucros e dividendos).

Ainda que o imposto mínimo seja uma forma indireta

de tributar os rendimentos isentos, o texto prevê exceções. Serão excluídos da base de cálculo os ganhos de capital (exceto os de Bolsa), heranças e doações, rendimentos de poupança, LCI, LCA, CRI, CRA, rendimentos de certofundos imobiliários (FII) e Fiagros, e algumas indenizações, entre outros.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

A revanche do pato

POR CARLOS DRUMMOND

Há um mês, o empresário Paulo Skaf, que retorna à presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo a partir de janeiro, despacha em uma sala no sexto andar do edifício-sede da maior corporação empresarial do País, na Avenida Paulista. A partir desse bunker, dá ordens e até mobilizou meio mundo na entidade para produzir os subsídios utilizados na apresentação à imprensa dos escolhidos para coordenar os conselhos temáticos da entidade. O anúncio dos nomes do ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto, do ex-presidente da República Michel Temer e do senador Sergio Moro mais parecia a divulgação da composição de um ministério do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão por liderar uma tentativa de golpe de Estado. O próprio Skaf gostou da comparação do seu staff com um ministério, feita por um jornalista durante a entrevista coletiva. A ex-ministra da Agricultura de Bolsonaro, Tereza Cristina, e o ex-ministro da Educação do mesmo governo, Mendonça Filho, também integram o grupo. O banqueiro Campos Neto coordenará o Conselho de Economia, em substituição ao industrial Dan Ioschpe, antecedido pelo também industrial José Roberto Ermírio de Moraes. Aqui é importante registrar outra regressão notável, pois, durante a última gestão do próprio Skaf, o Conselho de Economia havia sido presidido pelos industriais Boris Tabacof e Paulo Francini.

Será o quinto mandato de Skaf e, ao fim, ele completará 20 anos à frente da Fiesp, sem ter proeminência no setor. Foi proprietário, no passado, da TurnKey Parques Empresariais, designação eufemística de um conjunto de galpões em Pindamonhangaba. Mestre da pequena política, chama pelo nome cada um dos 110 presidentes de sindicatos setoriais que compõem a base eleitoral da entidade e distribui convites para café e almoço. Um predicado útil para sobreviver no longo descenso da indústria e na ausência de projetos para o País. Em contraste, o atual presidente em fim de mandato, Josué Gomes da Silva, trabalhou pela recriação do Ministério do Desenvolvimento. Indicou nomes para o grupo de trabalho de recriação da pasta e para a sua composição, fez o plano Mais Produção, de infraestrutura financeira para o Nova Indústria Brasil, a política industrial do atual governo, construiu o consenso para o apoio à **reforma tributária** e à depreciação acelerada, crucial para a renovação do parque fabril.

Na última gestão de Skaf, no governo Bolsonaro, o MDIC foi extinto e a indústria ficou em último lugar nos empréstimos do BNDES. A sua obra mais vistosa foi a jogada marqueteira do grande pato amarelo inflável, mascote da campanha contra o aumento de **impostos** intitulada "Não Vou Pagar o Pato", desfechada pela entidade em 2015. Instalado diante da Fiesp, na Avenida Paulista, o símbolo foi utilizado em manifestações contra as políticas econômicas do governo e amplamente associado a protestos a favor do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Receia-se o retorno da Fiesp à condição de partido de oposição.

Silva tentou avançar e recuperar um projeto nacional, um modelo de desenvolvimento que priorizasse o crescimento com redução da desigualdade, mas teve dificuldades no ambiente da Fiesp. Recebeu a pecha de ser "amigo do Lula" e foi acusado de ter nomeado gente ligada ao PT, o que não é verdade. Foi hostilizado quando assinou, em 2022, um manifesto pela democracia, subscrito por mais de cem entidades, Febraban incluída, sem pedir formalmente a aprovação prévia da diretoria. Subentendia-se que todos eram a favor da democracia. Dirigentes de 50 sindicatos destituíram Silva, que disse ser vítima de um golpe e que prosseguiria à frente da entidade. Um manifesto organizado pela própria federação, em defesa da democracia, obteve adesão de apenas 14% dos filiados.

O pano de fundo da disputa é o longo descenso da indústria, reduzida à metade nos últimos 30 anos, e a consequente perda de influência política. Houve tempo em que fazia parte dos usos e costumes o presidente da República telefonar ao presidente da Fiesp para perguntar se determinado nome era palatável para o Ministério da Indústria e Comércio. Isso ocorreu, entre outras, na nomeação de Luiz Fernando Furlan, presidente do Conselho de Administração do Grupo Sadia, do setor de alimentos, e ministro entre 2003 e 2007. "Havia uma relação, uma certa deferência, um certo espaço político. Isso foi perdido, 30 anos atrás, pela Fiesp, CNI, Fiergs, Firjan e congêneres, que deixaram de ter a capacidade de formulação de alternativas para o desenvolvimento. O mais grave foi isso", analisa um industrial com atuação em vários estados, que optou por não se identificar.

Nos últimos 25 anos, as entidades de classe industriais perderam a visão de conjunto, viraram lobbies para coisas pequenas. O agro, por sua vez, entendeu que, em um país sem projeto, cada um

cuidaria do seu, construiu seu lobby com bases sólidas e hoje tem juro subsidiado, plano safra, compra equipamento com financiamento a 10% ao ano no BNDES, enquanto a taxa do banco para a indústria é de 20%. A indústria de transformação representa 11% do **PIB**, mas recolhe 28% dos **impostos**. O agro responde por 7% e recolhe 2%.

Skaf arma a sua jogada faz tempo. Em entrevista recente, disse que a culpa do tarifaço é de Lula. "Na tentativa de golpe contra Silva, Skaf entendeu como se fosse uma coisa da esquerda contra Bolsonaro e ameaçou sindicatos que pretendiam assinar o manifesto pela democracia", relata o dirigente de um sindicato do setor. "Criou um abaixo-assinado contra o presidente da Fiesp e ameaçou os sindicatos que hesitavam em assinar. Dizia que Bolsonaro era muito vingativo e quem não assinasse iria sofrer as consequências."

O próximo presidente da Fiesp anunciou que vai aumentar os conselhos de 25 para 60 integrantes, o que permitirá acomodar politicamente um número maior de apoiadores. A seu mando, alguns funcionários da entidade teriam sido escalados para bisbilhotar nas redes sociais a vida dos colegas, qual a preferência política de cada um, em uma caça às bruxas ideológica para ver quem é bolsonarista e quem é petista. Tudo indica que a tendência mais forte é a Fiesp voltar a ser, cada vez mais, uma entidade, como tantas outras, "de costas para o que é importante, transformando-se em mero centro de eventos e buscando na sua sobrevivência atender aos interesses de seus próprios dirigentes", como alertaram os industriais Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski em artigo publicado em 2020.

Há muito trabalho a fazer antes de taxar grandes fortunas, diz secretário

Do UOL, em São Paulo

O foco da **reforma tributária** deve ser corrigir distorções do Imposto de Renda antes de avançar para a taxação de grandes fortunas, afirmou Marcos Pinto, secretário do Ministério da Fazenda, no Poder e Mercado , do Canal UOL.

O secretário ponderou que a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5.000 mensais beneficia milhões, mas ainda mantém os super-ricos pagando proporcionalmente menos imposto.

Segundo ele, o sistema tributário brasileiro depende de **impostos** sobre consumo, considerados regressivos, e que a revisão do Imposto de Renda deve vir antes de um debate sobre grandes fortunas.

Marcos Pinto, secretário do Ministério da Fazenda

Segundo o secretário, mesmo com as mudanças, milionários seguem com carga menor que a média da população e o sistema precisa de mais progressividade.

Marcos Pinto, secretário do Ministério da Fazenda

Ele defende que a revisão de regimes favorecidos e benefícios fiscais é um passo essencial para que ricos paguem mais Imposto de Renda.

Marcos Pinto, secretário do Ministério da Fazenda

O secretário também critica a dependência de **impostos** sobre consumo e reforça que justiça tributária depende de inverter essa lógica.

Marcos Pinto, secretário do Ministério da Fazenda

Por fim, Pinto avalia que a discussão sobre imposto de grandes fortunas só faz sentido após o Brasil se aproximar do padrão dos países desenvolvidos em justiça tributária.

Marcos Pinto, secretário do Ministério da Fazenda

O centrão articulou a aprovação da chamada PEC da Blindagem "fazendo os bolsonaristas de tontos", afirmou o deputado federal Kim Kataguiri (União-SP),

no Poder e Mercado , do Canal UOL .

Deputado federal Kim Kataguiri (União-SP)

O Poder e Mercado é exibido terças e quintas, às 20h, com apresentação de Raquel Landim. O programa de política e economia chega para conectar os grandes temas do Congresso Nacional a seus impactos no mercado financeiro e no dia a dia das pessoas.

Onde assistir: Ao vivo na home UOL , UOL no YouTube e Facebook do UOL . O Canal UOL também está disponível na Claro (canal nº 549), Vivo TV (canal nº 613), Sky (canal nº 88), Oi TV (canal nº 140), TVRO Embratel (canal nº 546), Zapping (canal nº 64), Samsung TV Plus (canal nº 2074) e no UOL Play .

Veja a íntegra do programa:

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/10/03/ha-muito-trabalho-a-fazer-antes-de-taxar-grandes-fortunas-diz-marcos-pinto.htm>

Contag movimentou R\$ 2 bilhões em um ano; Coaf vê transações suspeitas

VINÍCIUS VALFRÉ GUSTAVO CÔRTEZ BRASÍLIA

Dados em poder da CPI e apurações da Polícia Federal (PF) sobre um esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) mostram transações e ações suspeitas de entidades-alvo das investigações.

Conforme um relatório enviado à CPI do **INSS** pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), suspeita de aplicar descontos ilegais a beneficiários do instituto, movimentou R\$ 2 bilhões em um ano - entre maio de 2024 e maio de 2025.

Outra entidade investigada, a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), por sua vez, usou uma falsa parceria com o **INSS** para montar uma rede de atendimentos com apoio de três mil prefeituras.

Em nota, a Contag informou que não teve acesso ao documento e que pautou sua atuação pela transparência, legalidade e responsabilidade social. A Conafer não se manifestou.

No caso da Contag, os R\$ 2 bilhões movimentados no período de um ano se deram da seguinte forma: R\$ 1,017 bilhão em receitas e R\$ 1,015 bilhão em pagamentos. Uma parte das transações da entidade no período foi classificada como "suspeita de irregularidades, podendo caracterizar desvio com fraudes".

Uma das suspeitas apontadas se deu em regiões de fronteira com outros países. São citados os municípios de Rodeio Bonito (RS), Cruzeiro do Sul (AC) e Tangará da Serra (MT). Os três não são imediatamente vizinhos de cidades estrangeiras, mas estão localizados em faixas consideradas fronteiriças.

Os valores que chamaram a atenção do Coaf nessas regiões não estão discriminados no relatório. O documento cita apenas que nesses locais foram registradas "operações de cheques viagens".

Além disso, o relatório de inteligência financeira aponta transações "para terceiros cuja relação comercial com a entidade" não foi identificada. E,

ainda, uma "elevada movimentação nas contas em curto período", como em abril de 2025, quando R\$ 46,4 milhões foram depositados.

O relatório aponta também que a Contag operou "valores elevados em Fundos de Renda Fixa de longo prazo" de forma "incompatível com a declaração de rendimentos".

FATURAMENTO. O faturamento anual da Contag, segundo os dados bancários, foi de R\$ 507 milhões, apurados em 2023. As informações foram prestadas por uma agência do Banco do Brasil no Distrito Federal onde a Contag mantém conta desde 1976.

"Movimentação realizada muito acima da declarada para o período em regiões de fronteira, com pessoas sem aparente vínculo comercial. Incluindo denúncias externas em apuração.

Diante do exposto, comunicamos, por suspeitas de irregularidades, podendo caracterizar desvio com fraudes", diz o documento do Coaf.

A Operação Sem Desconto, da PF, foi deflagrada em abril deste ano. A Contag é uma das entidades investigadas. Criada nos anos 1960, é a que mais arrecadou com descontos.

Entre 2016 e janeiro de 2025, foram R\$ 3,4 bilhões, segundo dados levantados pela Controladoria-Geral da União (CGU). A entidade é politicamente próxima ao PT, com quadros do partido entre seus dirigentes e ex-dirigentes. Um de seus ex-presidentes é Aristides Veras, irmão do deputado Carlos Veras (PT-PE), primeiro- secretário da Câmara.

A Contag informou que não teve acesso ao documento mencionado, mas comentou trechos do relatório que foram apresentados em pedido de manifestação à sua assessoria de imprensa. Disse que os R\$ 2 bilhões movimentados são "resultado de transferências, repasses e pagamentos referentes ao funcionamento de toda a estrutura sindical nacional".

Sobre as movimentações em áreas de fronteira, disse que "possui sindicatos filiados em todas as regiões do País" e que as "únicas movimentações possíveis existentes são transações bancárias rotineiras de sindicatos locais e de atividades sindicais legítimas

nessas localidades". Também afirmou que jamais emitiu cheques viagens. "Todos os recursos movimentados possuem origem identificada e são registrados em conformidade com as obrigações legais e fiscais da entidade", frisou.

"AGÊNCIAS FAKE". Já a Conafer, que é alvo da PF e da CPI do **INSS**, simulou ter o aval do órgão federal para se apresentar em localidades distantes como se fosse uma representante oficial do instituto que cuida de aposentados e pensionistas.

A entidade tinha a pretensão de funcionar como "agências do **INSS**".

A Conafer se apresenta em comunidades indígenas, quilombolas e outras regiões afastadas como braço do órgão público capaz de viabilizar benefícios e, ainda, oferecer insumos agrícolas em parceria com prefeituras. Estes acordos são anunciados pelas gestões como políticas públicas municipais.

Entre 2019 e 2024, a Conafer faturou R\$ 688 milhões com descontos associativos aplicados sobre aposentadorias e pensões de mais de 620 mil associados.

Entre eles, há pessoas que já morreram e crianças, conforme documentos expostos durante a reunião da CPI do **INSS**. A CGU fez uma análise sobre a adesão de associados a entidades como a Conafer e apontou falta de concordância dos beneficiados.

A Conafer usa como frente de expansão nos municípios um programa para "desenvolver a educação previdenciária e expandir o **INSS** digital". O "Mais Previdência Brasil" envolve associações, sindicatos e governos locais para que eles identifiquem, cadastrem e encaminhem à entidade pessoas com direito a benefícios, como aposentadoria por idade rural, seguro-defeso e auxílio reclusão rural.

A página oficial da Conafer afirma que o programa "é fruto de parceria estratégica com o **INSS**". O órgão disse que a informação não é verdadeira. A reportagem pediu ao **INSS**, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), todas as tratativas feitas pelo órgão com relação ao programa da Conafer. A autarquia negou a relação.

"Informamos que o **INSS** não tem participação nos Acordos de Cooperação Técnica celebrados entre a Conafer com outros entes públicos, desconhecendo a natureza do projeto "Mais Previdência Brasil", respondeu. Procurado por meio da assessoria de imprensa, o **INSS** reforçou a inexistência de vínculo da autarquia com a iniciativa.

A adesão dos municípios à iniciativa se dava por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT). O Estado teve acesso a alguns desses contratos, em que as prefeituras se comprometem a indicar associações, cooperativas ou sindicatos rurais para participar das ações. Os prefeitos também têm de garantir espaço físico e equipamentos, como computadores, mesas, cadeiras, scanners e impressoras.

A Conafer foi fundada em 2011. Ela não recebe recursos públicos, mas tem ONGs que funcionam como braços de execução de tarefas que recebem, por exemplo, verbas de emendas parlamentares

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Isenção migrou da desconfiança à unanimidade

Maria Cristina Fernandes Brasília

O que mais surpreende na unanimidade com a qual a Câmara aprovou a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil é que esta proposta, quando formatada e tornada pública há quase um ano, levou a uma das maiores crises já vividas pelo governo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, formatava o pacote de ajuste fiscal em novembro de 2024 quando foi surpreendido pela decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de apresentá-lo conjuntamente com a reforma da renda. Sua equipe havia trabalhado na proposta de reforma da renda de dezembro de 2023 até agosto de 2024, mas a ideia era fazer o dever de casa do ajuste antes de chegar às bondades do orçamento. Só que não. A ordem foi fazer valer a disposição do governo em cumprir a promessa da campanha de 2022.

Não deu outra. O cronograma de ajuste primeiro e reforma da renda depois acabaria mantido, mas apresentação conjunta, naquele momento, levou o dólar a R\$ 6,10 e redobrou a desconfiança do Congresso e do mercado que decretaram a "dilmização" do governo Lula e abraçaram a perspectiva de ter o governador Tarcísio de Freitas no Palácio do Planalto em 2026. Aquele momento, que juntou a crise do Pix e a alta na inflação de alimentos, levou a popularidade de Lula ao fosso e o governo ao seu pior momento.

O presidente não arredou o pé. A questão fiscal não foi enterrada e se sabe que, se reeleito, não terá como escapar de um ajuste já em 2027 se quiser dar sobrevida ao arcabouço, mas o tema deixou de nortear o governo. Lula estava munido das pesquisas sobre o desgosto do eleitor mundo afora com impostos levadas ao governo pelo ministro da Secretaria de Comunicação, Sidônio Pereira, antes mesmo de sua posse em janeiro.

Custou para Sidônio conquistar a Esplanada até porque a popularidade de Lula custava a reagir. Os ministros logo se aperceberam que o novo ministro não havia chegado para consertar o "problema de comunicação" do governo, mas para mexer na agenda, inclusive naquela de suas Pastas.

A virada começou com o tarifaço ao qual os estrategistas do governo recusam a alcunha de

"presente" de Donald Trump em função das perdas impostas à economia. Sempre se soube que a bandeira da soberania não seguraria, até 2026, a necessidade de o governo ter uma cara diferente de "Vale a pena ver de novo".

O "presente" americano ajudou a estancar a isenção do IR porque o PL passou a acreditar que a anistia seria possível. Foi quando a federação PP/União alinhavou o pacote blindagem/anistia, cujo naufrágio levou à unanimidade da noite de quarta-feira (1a) na Câmara.

Depois de arrancar, de Hugo Motta (Republicanos-PB), não apenas a relatoria da isenção do IR, há exatos seis meses, como também sua autoridade, pelas barganhas em série que pôs à mesa com o PL nas mãos, o deputado Arthur Lira (PP-AL) cedeu e liberou seu relatório para votação.

Teve que ceder não apenas ante uma Câmara desesperada para limpar a bana com o eleitor depois da aprovação da PEC da blindagem, como também face à pressão do seu rival alagoano, Renan Calheiros (MDB-AL), que aprovou projeto semelhante de isenção no Senado, e às dificuldades para conquistar o voto majoritário em Alagoas com as pautas negativas que se acumulam desde que ficou evidenciada sua maestria no orçamento secreto.

A aprovação da isenção do IR demorou tanto que o binômio coitupção/segurança pública, passou à sua frente, a princípio na carona da investida da dobradinha CGU/STF sobre as emendas parlamentares e, em seguida, com as sucessivas operações sobre a rede de ilícitos que envolve devedores contumazes e crime organizado na lavagem de dinheiro por meio de fintechs, postos, hotéis e imobiliárias que findou nos drinques adulterados por metanol.

Além de resgatar o desfavorecido que votou em Bolsonaro, a isenção de IR é uma pauta sem gênero num governo cujos programas sociais beneficiam, marcadamente, as mulheres a começar pelo Bolsa Família. O programa destinado à reforma de casas, com financiamento até RS 100 mil, é outro sem carimbo de gênero.

Neste pacote sem carimbo entra também a liberação

de Lula para que o Ministério dos Transportes fizesse uma resolução para desobrigar a obrigatoriedade da autoescola para a obtenção da CNH, ideia há tempos acalentada pelo ministro Renan Filho.

O fim do cartório da autoescola beneficia jovens que vinham retardando a obtenção da CNH pela dificuldade de pagar pela capacitação obrigatória e motoristas que também passaram a ser mais autuados por dirigirem sem a carteira. A demora afeta mais as mulheres e a autuação, os homens.

Até a chegada de Sidônio no governo, Lula era assediado pela ideia de que precisava moderar a agenda para conquistar o "centro". Agora a ordem é buscar o eleitor que o lulismo perdeu para o bolsonarismo, onde quer que ele esteja.

Mais do que o centro, Lula decidiu recuperar o eleitor perdido para o bolsonarismo

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251003>

Dólar fecha em alta e Bolsa tem forte queda

O dólar fechou em alta de 0,21% ontem (2), cotado a R\$ 5,339, com investidores no Brasil digerindo a aprovação do projeto de isenção do Imposto de Renda na Câmara dos Deputados.

Dados de emprego dos Estados Unidos também foram destaque na sessão, na esteira da paralisação parcial do governo norte-americano.

O clima de cautela nos mercados globais contaminou a Bolsa brasileira, que fechou em forte queda de 1,07%, a 143.949 pontos.

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade uma das principais promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT): a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 por mês. O projeto ainda precisa passar pelo Senado Federal antes de começar a valer em 2026.

Além de promessa da última campanha, a isenção do IR também é a principal aposta do PT para alavancar a popularidade de Lula em ano eleitoral. A medida ainda inclui um desconto no imposto de quem ganha entre R\$ 5.000 e R\$ 7350 mensais.

Ao todo, a desoneração da base da pirâmide de renda deve beneficiar até 16 milhões de contribuintes a um custo de R\$ 31,2 bilhões no ano que vem, segundo o relator, deputado Arthur Lira (PP-AL). Para compensar a perda desses recursos, o governo propôs a criação de um imposto mínimo de 10% sobre a alta renda, também aprovado apesar das resistências.

O alvo da medida de compensação são 141 mil contribuintes que recolhem, em média, uma alíquota efetiva de 2,5%, que reflete a proporção de **impostos** recolhidos em relação à renda total.

Para a equipe de Fernan-

do Haddad, ministro da Fazenda, a estrutura é injusta. A pasta elaborou estudos em que concluiu que taxar a alta renda melhora a desigualdade, e o governo deflagrou uma ofensiva nas redes sociais em defesa da medida

Em entrevista nesta manhã em Brasília, Haddad comemorou a aprovação na Câmara e disse não esperar dificuldades na tramitação no Senado. "Não acredito que vá haver problemas, inclusive porque este projeto não busca só justiça tributária, ele busca

justiça tributária com ancoragem fiscal", disse Haddad.

O projeto levantou temores de ingerência fiscal no ano passado, o que, entre outros fatores, levou o dólar ao recorde histórico de R\$ 6,20. Mais do que a isenção em si, o mercado temia que o texto fosse desidratado na Câmara sem uma compensação para a perda de receita, desequilibrando as contas públicas e impondo dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida do governo.

Mas, mesmo com a compensação, a leitura do mercado é que o projeto não é totalmente neutro.

"Ele aumenta a renda disponível para camadas que recebem até R\$ 5.000, e isso indica que ele não é neutro do ponto de vista da demanda", diz Leonel Mattos, analista de inteligência de mercado da StoneX. Em outras palavras, o especialista vê como mais provável que o dinheiro extra recebido pelo trabalhador seja gasto do que poupado.

"Mesmo que ele seja fisicamente neutro do ponto de vista das contas públicas, o projeto provavelmente pode resultar numa leve aceleração da demanda, o que complementa o desafio inflacionário enfrentado pelo Co-pom (Comitê de Política Monetária)", afirma.

Nesse sentido, as pressões inflacionárias poderão levar o comitê a manter a taxa Selic em 15% ao ano por mais tempo.

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3257#book>

O pacote do Imposto de Renda - CELSO MING

CELSO MING

Vai ser difícil encontrar na história da Câmara dos Deputados um projeto de lei aprovado em plenário por unanimidade, como o desta vez, por 493 votos. É o projeto de lei que isenta de Imposto de Renda, rendas mensais de até R\$ 5 mil, desonera parcialmente quem recebe até R\$ 7.350 e sobretaxa a turma da ponta da pirâmide de renda, os mais ricos. Agora, é a vez do Senado.

Trata-se de um projeto de cunho eleitoral, tanto para o governo como para a oposição. É eleitoral para o governo na medida em que beneficia perto de 15 milhões de contribuintes, especialmente os da classe média, cujo apoio político começava a escorrer. Foi a principal promessa de campanha do então candidato Lula. E é eleitoral também para a oposição: o político que votasse contra o projeto enfrentaria efeitos eleitorais negativos.

Pelos cálculos do governo, essa isenção produzirá uma quebra de arrecadação de R\$ 27 bilhões por ano que passará a ser reposta por taxação adicional de até 10% sobre a renda dos mais ricos, condição que alcança 141 mil contribuintes.

O governo comemora a aprovação inicial pela Câmara como vitória de um projeto de justiça tributária e de desconcentração de renda. Mas, atenção, está aí um santo que continua sendo de barro, altamente vulnerável, tendo em vista a alta capacidade das camadas mais ricas de utilizar recursos de administração tributária para escapar ou para minimizar os efeitos das garras do leão. O impacto sobre a distribuição de renda deve ser cosmético. Nesse sentido, essa lei não esconde sua natureza populista.

Levando-se em conta que o início da vigência prática dessa lei deve ser o início de 2026, sua principal consequência econômica será uma sobra de renda na conta bancária das população de classe média. Pela avaliação do governo, uma professora com salário mensal de R\$ 4,9 mil terá uma raspa anual de tacho de R\$ 4 mil. E um taxista que receba R\$ 3.650 mensais, se livrará de uma mordida de R\$ 1.060 por ano. São recursos que tendem a ser pulverizados no pequeno consumo.

Além de não garantir uma persistente distribuição de renda, a aprovação dessa lei aponta para importantes limitações. Não vem acompanhada de uma revisão da tabela progressiva do Imposto de Renda na fonte. E isso significa que em poucos anos, a **inflação** se encarregará de pulverizar as isenções.

Em segundo lugar, não se preocupa com criação de poupança, que é o primeiro passo para o avanço do investimento e do aumento futuro da atividade econômica e do emprego. A taxação de dividendos imposta sobre os mais ricos, por exemplo, poderia prever certo incentivo para a parcela que fosse revertida em investimento.

Por aí se vê que a intenção do governo e dos políticos ao garantir a aprovação desse projeto de lei não tem nada a ver com a correção das distorções estruturais do sistema. Seus objetivos são de curto prazo. É um arranjo com poucos anos de prazo de validade, montado com habilidade política para conquistar as boas graças do eleitor.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para analistas, isenção do IR impulsiona PIB, mas pressiona inflação

ANNA SCABELLO GABRIELA JUCÁ CAROLINE ARAGAKI

O projeto de isenção do Imposto de Renda (IR), aprovado por unanimidade pela Câmara dos Deputados na noite de quarta-feira, tende a impulsionar a atividade econômica em 2026 e ter efeito positivo no Produto Interno Bruto (**PIB**). Em contrapartida, a mudança deve pressionar a inflação de serviços no início do próximo ano e impor um desafio adicional à política de juros do Banco

Central (BC), segundo analistas ouvidos pelo Estádio/Broadcast.

"A isenção do IR não é uma reforma completa da tabela, é apenas um ajuste marginal, não tem uma reforma estrutural na renda. É uma medida eleitoreira", avalia o economista-chefe da ARX, Gabriel Leal de Barros. "A proposta tem efeito multiplicador para quem recebe o benefício, porque isso vira consumo à frente."

O economista observa que a melhora no cenário da inflação está atrelada ao movimento global de fraqueza do dólar e à diferença de juros, beneficiando os preços de bens industriais e alimentos. A ARX prevê o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 4,83% neste ano e em 4,7% no próximo.

Adicionalmente, Barros avalia que o projeto aprovado na Câmara pode trazer constrangimento para o BC iniciar o ciclo de afrouxamento monetário em 2026, devido ao estímulo da atividade e consequente pressão sobre a inflação de serviços. Ele prevê redução total de três pontos percentuais na Selic (taxa básica anual da economia), com previsão de 12% no fim de 2026.

"Há uma grande chance de o BC cortar o juro em janeiro, com possibilidade de começar com um corte mais lento", afirma. "Parece que o Gabriel Galípolo (presidente do BC) está emulando o Ilan (Goldfajn, ex-presidente da autarquia) e segurando o corte de juros, que, quando começou, foi devagar. O Galípolo entende a desconfiança do mercado em relação à credibilidade do BC hoje."

Em relação ao fiscal, Barros destaca que, a despeito de ser neutra no papel, a isenção do IR deve trazer um

impacto negativo para as contas públicas.

META FISCAL. O economista prevê déficit primário (saldo negativo entre as despesas e as receitas do governo, fora os juros), considerando itens que ficam fora do cálculo da meta fiscal, de -0,6% do **PIB** em 2025 e -0,9% do **PIB** em 2026. Ele ressalva que, mesmo com o cumprimento da meta, isso não traz credibilidade para as contas públicas, visto que diversos gastos são desconsiderados no cálculo.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, também avalia que a isenção poderá impor pressão adicional à política de juros do BC, ao agir como mais um elemento de impulso para a atividade econômica em 2026. "Junto do crédito consignado, a isenção do IR será importante para a expansão da economia no ano que vem", destaca Vale, que projeta crescimento em torno de 1,5% para a atividade em 2026.

"Porém, há a questão do BC, porque o juro (atualmente em 15%) pode ficar mais alto por ainda mais tempo, e coloca mais pressão para 2027."

O economista considerou como "positivo" o efeito fiscal neutro previsto pelo projeto, que manteve as compensações direcionadas aos contribuintes de alta renda, que ganham a partir de R\$ 50 mil mensais. Por outro lado, Vale alerta que a isenção do IR pode demandar um esforço maior para um ajuste fiscal em 2027. "Esse ajuste vai demandar um esforço grande de arrecadação, de despesas e de mexer com gastos tributários. Por mais que tenha sido neutro agora, vai ser pior lá na frente."

PIB. Para Leal de Barros, da ARX, a isenção do IR ainda deve trazer viés de alta para o **PIB** em 2026, com impacto estimado de 0,3 ponto percentual para a atividade. Contudo, ele ainda menciona que impulsos fiscais via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) também estimulam a economia de maneira indireta. A ARX prevê crescimento de 2% para 2026.

Rafael Cardoso, economista-chefe do banco Daycoval, também calcula que a reforma do IR deve gerar um impacto direto na renda em torno de R\$ 31 bilhões em 2026, com efeito positivo no **PIB** de 0,3 ponto percentual. "Como o projeto é centrado em classes de

renda mais baixa, em que o consumo das famílias tende a ser maior, o impacto no **PIB** tende a ser positivo", diz Cardoso. Segundo ele, contudo, a projeção de crescimento de 1,9% do **PIB** em 2026 é mantida, pois a medida já era considerada no cenário-base do banco.

O efeito inflacionário tende a ser pequeno, de 0,1 ponto porcentual de **inflação** 12 meses à frente, acrescenta. A projeção do Daycoval é de IPCA de 4% em 2026.

O economista concorda que a medida pode dificultar o trabalho do BC em ancorar expectativas, considerando que o início do ano com maior renda disponível das famílias "pode gerar solução da atividade econômica".

A Daycoval projeta início de flexibilização monetária pelo BC a partir de 2026, com a Selic atingindo 11,5% ao ano em dezembro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil pode criar até 1 milhão de empregos "Verdes" por ano

Victoria Netto Do Rio (Colaborou Lucianne Canteiro)

O processo de descarbonização da economia no Brasil tem potencial para gerar entre 846 mil e 1 milhão de "empregos verdes" em diferentes setores por ano até 2050, mostra o novo relatório executivo do Programa de Transição Energética (PTE), antecipado ao Valor. A estimativa representa uma faixa entre 22 milhões e 28 milhões de novas vagas no período acumulado de 25 anos. O cálculo não considera vagas potencialmente subtraídas, como as relacionadas a setores fósseis.

Liderado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em parceria com o BID e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (BNDES), o PTE identifica medidas para a neutralidade de carbono do Brasil até 2050 por meio de modelagens integradas. A metodologia é desenvolvida por institutos de pesquisa vinculados a universidades, como a Coppe-UFRJ e o Rpe-USP, junto à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Nos modelos, por exemplo, define-se um limite total de emissões que o Brasil pode liberar até 2050 para alcançar a neutralidade, a partir do qual são projetados caminhos de menor custo para que se alcance o objetivo. Em paralelo, são analisados os impactos econômicos da transição, usando dados do IBGE para medir os efeitos sobre os setores produtivos e o Produto Interno Bruto (**PIB**).

A estimativa de geração de empregos verdes é ambiciosa e significa que as vagas representariam quase um terço dos postos de trabalho criados em um ano de emprego aquecido. Em termos comparativos, o mercado de trabalho brasileiro encerrou 2024 com 101,83 milhões de pessoas ocupadas, ou 2,77 milhões de pessoas a mais que no fim de 2023.

O emprego avança desde 2022, inicialmente pelo setor informal no pós-pandemia, mas depois com destaque para o setor formal. Pelos dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao trimestre encerrado em agosto, o país tinha 102,4 milhões de pessoas ocupadas, 1,8 milhão a mais que em igual período de 2024.

O quadro sugere que há espaço limitado para a geração de novas vagas. O mercado de trabalho tem se mostrado resistente mesmo com uma política monetária apertada e economistas afirmam que o país vive hoje uma situação de pleno emprego.

A coordenadora do PTE e sênior fellow do Cebri, Rafaela Guedes, explica que os cálculos mostram a geração de empregos em setores "mais limpos", mas não conseguem medir com precisão quantos postos são perdidos em indústrias em declínio. Apesar de reconhecer que o modelo tem limitações, Guedes afirma que as projeções são fundamentadas em estudos complexos para orientar rotas eficientes. "Os números não devem ser lidos como certezas, mas como tendências que ajudam a indicar caminhos", diz.

O novo PTE, que será apresentado nesta sexta-feira (3) no Museu de Arte Moderna do Rio, atualizou e aprofundou três cenários normativos de descarbonização que foram apresentados na primeira fase, em 2023. "Os cenários não têm a ambição de dizer exatamente o que vai acontecer, mas sim o que o Brasil precisa fazer se ele for atingir a neutralidade em 2050", explica Guedes.

O relatório indica que até 2030 é possível alcançar o objetivo de reduzir 50% das emissões em relação a 2005, conforme as metas apresentadas pelo Brasil na Convenção-Quadro da ONU. O setor de uso da terra (Afolu) será fundamental, servindo como sumidouro líquido de carbono a partir de 2040. Para isso, será necessário zerar o desmatamento ilegal e restaurar 12 milhões de hectares de florestas.

"O estudo é super importante para definir onde vamos investir o dinheiro" Luciana Costa

Guedes destaca que o setor de agricultura, florestas e uso da terra responde por até dois terços das emissões do país. "Sem o setor de Afolu, o Brasil não atinge neutralidade", afirma. Ela explica que o desmatamento e o mau uso da terra estão no centro do problema, principalmente em regiões como Norte e Nordeste, onde a pecuária extensiva ocupa grandes áreas com baixa produtividade. Segundo ela, mudanças relativamente simples já poderiam gerar ganhos expressivos em produtividade e redução de emissões, sem exigir grandes inovações tecnológicas.

A diretora de transição energética e mudança climática do BNDES, Luciana Costa, afirma que o estudo é fundamental para definir políticas públicas e entender quais são as rotas tecnológicas e setores mais estratégicos. "É super importante para definir onde a gente investe o dinheiro", afirma.

O primeiro cenário, chamado de Transição Brasil (TB), é o ponto de partida e busca o "custo ótimo" para cumprir integralmente a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira: reduzir 50% das emissões até 2030 em relação a 2005 e alcançar emissões líquidas zero em 2050. O cenário projeta um **PIB** médio de 3% ao ano no **PIB** entre 2025 e 2050 e geração de 923 mil postos de trabalho "verdes" anuais.

Esse quadro explora vantagens competitivas nacionais, como energias renováveis, bioenergia e reflorestamento. Nesse contexto, a participação de renováveis na oferta primária atinge cerca de 61% em 2050, com destaque para solar, eólica e bioenergia, enquanto petróleo e gás ainda têm espaço. O principal risco é a forte dependência do uso da terra, o que exige políticas eficazes contra o desmatamento ilegal.

Com classificação de viabilidade média, o segundo cenário, de Transição Alternativa (TA), mantém as metas da NDC e a neutralidade em 2050, mas funciona como "teste de estresse" ao incluir precificação de carbono, impactos climáticos sobre hidrelétricas e exigências mais rigorosas para biocombustíveis e eletrificação. Esse caminho projeta o maior crescimento econômico entre os cenários, com **PIB** médio de 3,2% e 28 milhões de empregos até 2050.

O último cenário, denominado Transição Global (TG), impõe um limite de carbono restritivo, alinhado à meta do Acordo de Paris de limitar o aumento das temperaturas globais até 1,5°C. Esse caminho exige cortes de emissões mais rápidos, neutralidade antecipada em 2045 e saldo negativo na última década. Ou seja, o Brasil teria que remover mais gases de efeito estufa da atmosfera do que emitir entre 2040 e 2050. O quadro demandaria o abandono do petróleo e gás no consumo doméstico, por isso tem baixa viabilidade, conforme classificação do estudo.

Nesse cenário, a necessidade de reduções aceleradas e uso de tecnologias caras, como bioenergia com captura de carbono (BECCS) em larga escala, resulta em um menor crescimento econômico, de 2,8% ao ano entre 2025 e 2050, e menor geração de empregos, representando 846 mil vagas "verdes" anuais.

Ainda de acordo com o estudo, o mercado regulado de carbono, chamado de Sistema Brasileiro de Comércio

de Emissões (SBCE), terá um papel-chave. Para alcançar os resultados, o relatório aponta que, nos próximos cinco a dez anos, são necessários investimentos em infraestrutura e coordenação público-privada.

Apesar de a transição energética gerar estímulos importantes, as desigualdades regionais e sociais tendem a se manter, segundo o relatório. O estudo macroeconômico indica que as regiões do centro-sul (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) seguem com renda per capita superior às do Norte e Nordeste. Para fechar esses gargalos, o relatório recomenda uma política industrial territorializada, centrado nas oportunidades de cada região.

O PI E também propõe a criação de um fundo de transição justa para regiões dependentes de petróleo, financiado por receitas temporárias de carbono (como leilões de créditos ou taxa de carbono), para apoiar a diversificação econômica.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251003>

Após vitória no IR, governo prevê perdas na tramitação da MP do IOF

Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Giordanna Neves De Brasília

Um dia depois de o governo obter uma vitória "histórica" na votação do projeto que isenta de Imposto de Renda (IR) quem recebe até R\$ 5 mil por mês e institui uma taxa mínima de até 10% para as pessoas de alta renda, o governo admitiu que vai ter perdas em outra proposta fundamental para o Orçamento de 2026. A proposta é a medida provisória (MP) que trata de alternativas ao aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). "Vamos ter de ceder", disse ao Valor o secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto.

Por outro lado, ao abrir mão de pontos na MP, a equipe econômica espera que o projeto que prevê corte de benefícios tributários seja apreciado pelo Congresso. Entre os itens que estão em negociação sobre a MP, estão a tributação ou não das Letras de Crédito Imobiliário e Agrícola (LCI e LCA, respectivamente) e o aumento de 15% para 20% da taxa dos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Já o limite às compensações tributárias, que deve garantir R\$ 10 bilhões em receita extra ao governo no próximo ano, será mantido no texto.

Pinto disse estar confiante na aprovação da proposta na próxima semana, antes que a MP perca a validade, embora parlamentares do centro e da oposição avaliem que a matéria pode não ser votada a tempo.

O secretário afirmou que não está totalmente descartada a possibilidade de tributar as LCAs e LCIs, embora o relator da MP, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), tenha dito ao Valor que pretende restabelecer a isenção desses títulos. A medida é uma das principais demandas da bancada do agronegócio e do setor imobiliário. "Não está totalmente descartado, mas como o Zarattini adiantou, existe uma resistência muito grande do Congresso nesse ponto", afirmou. "Mas a gente ainda tem esperança de atingir um bom termo", completou.

Nas discussões com líderes partidários, o governo tem frisado que os títulos isentos encarecem a captação do Tesouro Nacional. Além disso, representam uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 40 bilhões. "Imagina um benefício tributário dessa magnitude, extremamente regressivo, que vai para investidores de

altíssima renda", comentou.

Ele admitiu que as mudanças no texto da MP devem reduzir a arrecadação prevista e que a Fazenda busca minimizar esse impacto. No entanto, reforçou que o principal objetivo de tributar esses investimentos é corrigir distorções, tanto nas letras de crédito quanto nos demais títulos isentos. A estimativa da Fazenda é arrecadar R\$ 2,6 bilhões com o fim da isenção de todos os títulos, sendo R\$ 12 bilhão apenas com LCIs e LCAs. "A maior prova de que o objetivo não é arrecadar é que a gente está isentando todo o estoque. A arrecadação prevista na própria MP não é muito alta", disse.

O secretário admitiu também que está em negociação a alíquota dos juros sobre Capital Próprio (JCP). A proposta original da Fazenda eleva o percentual de 15% para 20%, mas no Congresso há articulações para fixá-lo em 17,5%. "Há uma negociação sobre todos esses pontos e a gente vai fechar um pacote. Não vou adiantar, mas a JCP está em discussão também", reiterou. Nos bastidores do Legislativo, também há pressão para mudar a tributação sobre as fintechs e as apostas, mas ainda sem definição. Já o trecho da MP que fixa a alíquota de 17,5% para todas as aplicações financeiras deve ser mantido, de acordo com ele.

Segundo o secretário, mesmo com todas as negociações em curso, a Fazenda não espera uma perda significativa de arrecadação.

Além disso, um "pacote" está sendo negociado nos bastidores, para que haja a compensação das perdas com a MP nas discussões do Orçamento e com o destravamento do projeto que corta benefícios tributários, que até o momento não tem relator definido.

"A partir daí, teremos a discussão do projeto de gastos tributários e a discussão do Orçamento em si, porque ele vai ter de caber na arrecadação que tem para cumprir a meta fiscal." O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2026 conta com os R\$ 20,9 bilhões da MP e com os R\$ 19,8 bilhões do corte de benefícios tributários para atingir a meta fiscal do próximo ano, que é de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A aprovação do projeto do IR foi comemorada no Ministério da Fazenda, contou o secretário. "Eu vejo nesse projeto um exercício de política com "P" maiúsculo", avaliou. A proposta, que nasceu desacreditada pelo mercado, aos poucos foi ganhando aceitação. "Fizemos toda uma discussão com a opinião pública e o Congresso ao mesmo tempo",

"Eu vejo nesse projeto um exercício de política com V maiúsculo" disse. Ele destacou a importância da sociedade, que aderiu mais à ideia de taxar as altas rendas do que à isenção. "O Parlamento refletiu isso."

Uma das principais novidades do texto aprovado foi a obrigação de o governo enviar, no prazo de um ano, um projeto de lei prevendo uma política de valorização da tabela do Imposto de Renda. Foi uma articulação feita para evitar que a indexação da tabela pela **inflação** fosse aprovada. Pinto disse que o governo ainda vai se debruçar sobre como será feita essa proposta, mas viu a medida com bons olhos, desde que haja compensação. "Eu acho que é justo o anseio da sociedade por uma mudança na tabela. Mas essa mudança tem que ser feita de uma maneira fiscalmente responsável", avalia.

Sobre a tramitação da reforma do IR no Senado, ele acredita que a votação acontecerá sem contratempos e não vê riscos de a MP contaminar o debate. "Os assuntos vão continuar sendo tratados de formas distintas. A gente não antecipa nenhum problema de tramitação no Senado. Pelo contrário, espero uma tramitação rápida."

Ele disse que, uma vez sancionado o projeto, a Receita deve implementar rapidamente os sistemas para reter a taxação dos dividendos e depois fazer a cobrança do imposto mínimo efetivo. "A Receita está preparada para isso."

O secretário avaliou que Câmara e Senado têm sido sensíveis aos argumentos da equipe econômica, que busca colocar as contas públicas em ordem para que haja melhor cenário macroeconômico. "A gente não tem do que reclamar", avaliou. "Tivemos alguns casos de atrito, de discordância, mas temos conseguido aprovar nossa pauta. Às vezes é preciso fazer concessões, como no caso da MP, mas no geral a pauta tem avançado."

Um movimento muito importante que pôde ser visto na votação do projeto do IR, disse Pinto, foi o fato de a Mesa Diretora da Câmara ter barrado os destaques apresentados ao texto que elevavam a perda de receita sem apresentar compensações. Com base nesse critério, o relator, Arthur Lira (PP-AL), rejeitou as emendas, no que foi apoiado pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Re-publicanos-PB). "Esse é o

comportamento de um Legislativo responsável."

Cerca de 87% da população brasileira ficará livre de pagar o Imposto de Renda quando o limite de R\$ 5 mil estiver em vigor, informou. Isso é justo, disse o secretário, porque as pessoas de menor renda são mais tributadas do que as de maior renda, porque são impactadas também pelas tributações sobre o consumo e a folha de pagamentos, ambas elevadas. "Fazer coisas que promovem justiça social é popular e rende voto", afirmou. "É assim mesmo que a democracia tem que funcionar."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251003>